

## **04. DESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA NA AMÉRICA DO SUL: APONTAMENTOS PARA UMA AGENDA DE PESQUISA<sup>1</sup>**

Bruno Ferreira Freire Andrade Lira<sup>2</sup>

### **Introdução**

Os anos 2000 foram marcados, dentro do contexto político Sul-americano, pela ascensão de discursos progressistas e, conseqüentemente, transformações político-partidárias, elegendo projetos políticos<sup>3</sup> que tinham como mote central o combate à desigualdade e a exclusão social da região. Passado mais de uma década, as avaliações sobre tais programas de governo têm sido polarizadas, inclusive sugerindo e/ou retomando discursos mais conservadores. O motivo para o desgaste desses projetos políticos do “Sul”, consensual dentro de uma grande parcela da opinião pública atual, influenciada pela grande mídia, é uma crise econômica mundial que atingiu, primeiramente, os EUA e a Europa e, posteriormente, a periferia e suas potências emergentes. Aqui, encontramos apenas uma parcela da razão do declínio dos discursos progressistas que, a depender do contexto particular, incluem outras variáveis. Contudo podemos citar outro consenso, com menor ímpeto propagandista, que são os questionamentos sobre os pilares do regime democrático, seja a representatividade, o processo eleitoral e as instituições políticas. Em outras palavras, há uma concordância bastante forte na região, do grande distanciamento entre uma elite política e os seus eleitores, mecanismos de participação política são restritos e/ou ultrapassados e a baixa alternância no poder.

Dentro do contexto acima, há algo a ser destacado que é a hegemonia do poder econômico, sob o mantra do livre mercado, da financeirização do capital e do consumo, dominante ante ao poder político. Em outras palavras, a variável política é mantida sob as

---

<sup>1</sup> O presente artigo tem por objetivo a apresentação de ideias iniciais para a pesquisa em andamento de doutorado.

<sup>2</sup> Doutorando em Sociologia pelo PPGS/UFPB. E-mail: bffalira@gmail.com

<sup>3</sup> Podemos citar as vitórias eleitorais de Hugo Chavez (1999-2013) na Venezuela; de Lula (2002-2010) no Brasil; de Nestor Kichner (2003-2007) na Argentina; de Tabaré Vasquez (2005-2010; 2015-) no Uruguai; de Evo Morales (2006-) na Bolívia; de Rafael Correa (2007-) no Equador; e de Fernando Lugo (2008-2012) no Paraguai.

rédeas de uma elite econômica transnacional que a submete aos seus interesses e mantêm a desigualdade social. Mas será que os programas progressistas Sul-americanos foram suficientes para confrontar o domínio do econômico sobre o político? O ideal de democracia ainda permanece restrito? Visto isso, o artigo estende-se por quatro partes: i) a primeira, situar o período recente de hegemonia do discurso economicista do desenvolvimento; ii) em segundo, compreender os percursos da crítica pós-colonial latino-americana sobre o desenvolvimento restrito a ideia econômica; iii) depois, as limitações da prática democrática e diálogos de democratização; iv) por fim, um breve olhar sobre três contextos: Brasil, Bolívia e Uruguai.

### **1. O discurso hegemônico do desenvolvimento economicista**

O período de globalização recente, que tem início ao fim da década de 1970, é marcado pela revolução tecnológica, a compressão espaço-temporal, o controle da comunicação por grandes corporações midiáticas, a queda do muro de Berlim e a crise do socialismo, entre outros (HARVEY, 2011). No entanto, há outro elemento caracterizador dessa época, a ascensão da teoria neoliberal e a conformação de um discurso e de políticas que foram, paulatinamente, cerceando os imaginários nacionais. O importante a ser destacado, é a influência do neoliberalismo na região da América do Sul, principalmente na década de 1990, sob a liderança dos EUA e do Segundo Consenso de Washington. Entre as principais políticas adotadas, baseadas na desregulamentação do mercado e na minimização do Estado, teve-se: i) controle orçamentário; ii) política de privatizações; iii) redução das políticas de assistência social; iv) altas taxas de desemprego; e v) aprofundamento da desigualdade local (ANDERSON, 2007). Aqui, conforma-se uma nova lógica de desenvolvimento, impulsionada pela globalização econômica, situando o mercado em um espaço transnacional e influente sobre os Estados (STIGLITZ, 2002).

Portanto, o padrão hegemônico e recente do desenvolvimento baseia-se no discurso economicista que, por sua vez, sustenta-se sob um trinômio de fatores: i) a utopia do crescimento econômico ilimitado; ii) as variáveis econômicas<sup>4</sup> como parâmetros de medição

---

<sup>4</sup> PIB, Renda, Salário Mínimo, Taxa de Juros e de Inflação.

---

do desenvolvimento; e iii) o fortalecimento do mercado<sup>5</sup> como regente do cotidiano e das demandas da heterogênea sociedade civil. Esta ideologia, então, circunscreve-se no estabelecimento da individualidade, da competitividade e da meritocracia (SENNET, 2006) que se propõe a justificar a manutenção dos processos de exclusão e de desigualdade social. Aqui, o direito a vida e a coletividade são subsumidos pelo isolamento do indivíduo imerso em uma cultura do consumo que somente é acessível pela capacidade de competir dentro do livre mercado e o “consequente” merecimento. Outros elementos, como as diferenças, as emoções e as afetividades nas relações sociais, são desconsiderados na promoção do *homo economicus* (CAILLÉ, 1997) e na financeirização do cotidiano (CATTANI, 2005).

Os modelos de desenvolvimento, então, são reduzidos ao sistema capitalista-financeiro, marginalizando os aspectos políticos, culturais, sociais, morais, estéticos e ecológicos. Isto significa que a totalidade do sistema-mundo não é restrita ao discurso economicista, tendo a sua complexidade revelada na decolonialidade ao identificar a manutenção de uma estrutura histórico-hierárquica<sup>6</sup> (GROSFOGUEL, 2010). Neste cenário de colonialidade, o capitalismo é legitimado pelo poder econômico das elites transnacionais<sup>7</sup> que apreendem o poder político, tanto global como local. Dito isto, verificamos a conformação de uma tríade capitalista: o capital especulativo financeiro, a concentração de poder e de riqueza. Este trio impulsiona os interesses dos grandes grupos financeiros que, em conjunto com aparato ideológico economicista, legitima o discurso da universalidade, da homogeneidade e do saber monológico ocidental dentro do processo de globalização recente.

Para submergirmos a uma desconstrução da hegemonia do discurso econômico, propomos refletir a partir do resgate da tradição crítica pós-colonial latino-americana e no desdobramento recente, que é a decolonialidade.

## 2. A sociologia do desenvolvimento e a crítica pós-colonial latino-americana

Os estudos sobre desenvolvimento se iniciaram dentro da economia clássica com a relação entre trabalho e riqueza (FIORI, 1999). Em virtude disso, a concepção de

---

<sup>5</sup> Aqui, o mercado fortalecido tanto pode ser acompanhado da minimização do Estado (neoliberalismo) como pelo fortalecimento, simultâneo, do aparelho estatal atuando como regulador, porém sem enfraquecer o próprio mercado (neodesenvolvimentismo).

<sup>6</sup> Refiro-me as hierarquias além da categoria classe; étnico-raciais, gênero e religião, por exemplo.

<sup>7</sup> Durante o processo recente de globalização estas elites se apropriam dos meios tecnológicos e seus avanços, passando a oligopolizar a riqueza mundial.

desenvolvimento centralizou-se nos aspectos econômicos, subordinando o político, o social e a cultura. Em outras palavras, desenvolver representaria produção de bens materiais, que apesar de gerar excedentes, não implicaria numa diminuição daquilo produzido, ao contrário, ampliaria a produção em busca do “superlucro” (MARINI, 2008). Durante o período do pós Segunda Guerra, consolida-se, então, a teoria da modernização ocidental, inspirada na modernidade estadunidense-européia que “autodenominou” seus países como os únicos desenvolvidos e, conseqüentemente, como modelos que deveriam ser almejados. Assim, definia-se que para o pleno desenvolvimento era preciso passar por certas etapas evolutivas (ROSTOW, 1971).

Contrapondo-se ao ideário hegemônico moderno, o pensamento crítico pós-colonial latino-americano (MARTINS, 2012) tem um papel importante para a formulação de novos imaginários do desenvolvimento, como é o caso das propostas desenvolvimentistas das décadas de 1950 a 80, que crítica o projeto de modernização estadunidense-europeu e a dicotomia do “desenvolvido/atrasado” (TAPIA, 2011). Nesse dualismo, os países da América Latina compartilhavam o status do “atraso” e, visto isso, estimularam-se debates e estudos para problematizar a questão do desenvolvimento.

Nesse sentido, a institucionalização de um pensamento latino americano avançou no entendimento das dificuldades apresentadas pela incorporação das interpretações eurocêntricas sem considerar as realidades contextuais. A partir daí, as reflexões sobre o contexto latino-americano passaram a considerar, mais claramente, as relações entre local, nacional, global e as particularidades do cotidiano. Por conseguinte, o reconhecimento das singularidades culturais e históricas da região apareceu como um passo importante à crítica ao modelo evolucionista de modernização que condicionava o imaginário desenvolvimentista.

### **1.1.Cepalinos**

As formulações da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), durante as décadas de 1950/80, através da liderança de Raul Prebisch (1949) com atuação destacada de Celso Furtado (2007), possibilitaram as bases de um pensamento crítico próprio, referente ao desenvolvimento latino-americano, cujo passo foi importante na interiorização, pelos intelectuais, do dilema estrutural do desenvolvimento regional. Nesse sentido, o debate

sobre centro e periferia (RODRIGUEZ, 2009) foi fundamental ao caracterizar o primeiro por seu avanço industrial e tecnológico, sendo formado pelos países que se autodenominaram desenvolvidos, e o segundo de economia primária e em atraso tecnológico, classificados como países subdesenvolvidos. Tal cenário possibilitou o reconhecimento por Prebisch da deterioração dos termos de troca internacional, que identificou o baixo preço na exportação dos produtos primários e o alto preço na importação dos produtos manufaturados, como um fenômeno político-econômico que mantém e reproduz as bases coloniais (FALETTTO, 2009).

Considerando a premissa das etapas necessárias para o desenvolvimento capitalista, o subdesenvolvimento dos países periféricos era compreendido, erroneamente, como uma etapa inicial da modernização. A desmistificação e a ressignificação de subdesenvolvido, como um caráter da singularidade periférica (BIELSCHOWSKY, 2004), permitiu reconhecer a influência das heranças coloniais e do contexto histórico específico da América Latina. Nesta perspectiva reformista, as soluções apresentadas pela CEPAL para o desenvolvimento eram de imprimir um processo de “desenvolvimento para dentro” através de políticas de promoção à industrialização (RODRIGUEZ, 2009). Esse processo, denominado de “substituição das importações”, era centrado, principalmente, na capacitação estatal em relação ao planejamento e à intervenção econômica (FALETTTO, 2009).

Porém as tentativas de implementação do novo modelo de desenvolvimento dos países latino-americanos, fundado no Estado como agente ativo, não bastou para corrigir e anular os termos da dependência internacional (MARTINS, 2013). Isso se verificou nos desempenhos das sociedades regionais na segunda metade do século XX. Os fatos provaram que os países periféricos latino-americanos mantiveram-se como exportadores de matéria prima, não conseguindo romper a dependência em relação aos grandes centros produtores de manufaturas, o que tem reproduzido uma lógica colonial conhecida. Os países centrais, antigas metrópoles, continuaram a importar os produtos primários e a exportar, à periferia, os bens industrializados, cuja margem de preço era mais elevada por possuir um valor agregado. Portanto, a divisão do trabalho internacional do período colonial continuou a prevalecer no século XX, com a capacidade de fixar os preços pertencentes aos países centrais industrializados (FALETTTO, 2009).

Apesar dos avanços, a formação de um pensamento crítico latino-americano sobre o desenvolvimento limitou-se a uma ruptura epistemológica e política com o ideal de modernização por etapas (MARTINS, 2012). O entendimento da condição de sociedade

periférica como um problema político-econômico, a ser enfrentado pela ideologia do crescimento econômico, continuou a imprimir o ritmo da modernização nacional, ontem, e hoje.

## **1.2. Dependentistas**

Diante das dificuldades encontradas pelo processo de substituição das importações imprimiu-se um sentimento de negatividade entre os teóricos da CEPAL. Destaco Celso Furtado e o livro “Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina” (1968), em que o autor chama a atenção para a estagnação e à dependência dos países latino-americanos frente à economia mundial. Dependência que ficou mantida pela lógica “centro-periferia” e pelo insuficiente processo de industrialização, visto a não consideração da singularidade dos contextos políticos de cada país, da forte presença do latifúndio e das desigualdades regionais. Tal entendimento provocou novos posicionamentos no pensamento crítico latino-americano inaugurando uma nova heterogênea corrente, conhecidos como os teóricos da dependência.

Uma primeira reflexão se referiu a uma visão positiva da dependência, argumentada por Cardoso e Faletto (2004) que, de forma geral, viram a possibilidade de desenvolvimento através da dependência, ao compreender o domínio da variável econômica sob a política (MARTINS, 2011). O econômico se revelando no fortalecimento do mercado externo, enquanto a política se limitando ao aparato estatal-burocrático nacional. Os autores sugeriram, assim, uma dependência associada em que os países periféricos iriam desenvolver o seu mercado interno através do aumento da dependência tecnológica e financeira dos países centrais e, posteriormente, ao passar dos anos, essa dependência diminuiria com o aumento dos investimentos internos em tecnologia (MARTINS, 2011). A formulação deste “tipo ideal”, de cunho weberiano, não se preocupou em problematizar as contrapartidas da dependência e desconsiderou certos aspectos sociais e culturais.

Em outra reflexão, cunhada sob a influência do marxismo, está o trabalho de Theotônio dos Santos (2000) e de Ruy Mauro Marini (2008) que entenderam a associação entre a burguesia nacional com o capital internacional como algo oposto a ideia de

desenvolvimento. Há de destacar, aqui, a influência<sup>8</sup> de outra vertente dependentista, liderada por Paul Baran e André Gunder Frank que, de forma geral, deram ênfase maior as questões externas para justificar a dependência (MARTINS, 2011). Retornando as ideias de Santos e Marini, estes expandiram aquele entendimento ao identificar questões internas como os principais fatores para a manutenção da dependência, pois a possibilidade de acumulação do capital, da ambição do lucro e da exploração do trabalhador estimulou as classes dominantes a desejarem apenas o superlucro (MARINI, 2008). Para estes autores, o desenvolvimento, tanto econômico como político, restringiu-se a ínfima parcela da população periférica. E tal dependência submeteu o nacional às estruturas de dominação internacional, ou seja, às imposições da economia-mundo capitalista (SANTOS, 2000).

Concordando com Grosfoguel (2010), os autores dependentistas do marxismo contribuíram de forma efetiva para a ampliação do pensamento crítico aprofundando o debate político-econômico e vislumbrando as limitações sociais que a dependência agravava num contexto de colonialidade. Entretanto, a manutenção de heranças coloniais no imaginário social e cultural exigiu ir além dos questionamentos políticos e econômicos, identificando uma complexa rede de hierarquizações promotoras das diferenciações sociais.

### **1.3.Decolonialidade**

Nos escritos dos sociólogos Pablo Casanova (2009) e Aníbal Quijano (2000) o desenvolvimento passou a ser interpretado a partir de uma conceituação mais ampla, com a valorização dos elementos culturais e políticos, essenciais à definição de colonialidade interna ou de colonialidade de poder, respectivamente (MARTINS, 2012). Para esta corrente a ruptura epistemológica com o discurso de modernização estadunidense-européia apenas é possível através da descolonização de elementos sociais e culturais

Destaque para a concepção de colonialidade do poder (QUIJANO, 2000; 2010), que emerge identificando a incompletude do processo de descolonização. Isto significa, que a independência das colônias para a formação dos Estados-nação ocorreu de forma incompleta, visto à manutenção de hierarquias coloniais/raciais/gênero/religiosa como estratégias

---

<sup>8</sup> Além desta influência dependentista, não se pode deixar de citar os trabalhos de Fernando Braudel e I. Wallerstein ao teorizar sobre os sistemas-mundo. (MARTINS, 2011).

simbólicas de preservação do domínio capitalista (GROSFOGUEL, 2010). A real independência – política, social, econômica – dos países latino-americanos apenas é realizável com a descolonização completa que só pode ser almejada pela quebra dessas hierarquizações e do estado de colonialidade.

A decolonialidade, portanto, circunscreve-se como formas de pensamento marginais, localizadas em zonas escuras, que são escondidas pelo discurso hegemônico da modernidade ocidental (MIGNOLO, 2007). Aqui, temos uma pluralidade de experiências, nascidas do colonialismo, porém mantidas sob a colonialidade capitalista. O universalismo, o monologismo e a temporalidade linear são questionados a partir desse processo de desconstrução epistêmica. Não somente, como também as vivências e as práticas diversas que possibilitam a configuração de outros imaginários e saberes. Nesse sentido, denominou-se de Giro decolonial (BALLESTRIN, 2013) tais movimentos de rompimento com a lógica moderna/capitalista/colonial que trazem consigo alternativas baseadas no contexto local e no reconhecimento da pluralidade societal.

Dentro desse universo de proposições contra-hegemônicas, as epistemologias do/sobre o Sul Global (SANTOS, 2002; 2007; 2008) propõe o rompimento com a monopolização do pensamento moderno ocidental e passam a propagar o reconhecimento de múltiplos saberes, desde o Sul ao Norte, e os avanços conquistados ao dialogar de forma horizontal e reconhecendo as diferenças. A decolonialidade se insere neste imaginário de alternativas (CASTRO-GOMEZ e GROSFOGUEL, 2005) propondo a desconstrução da colonialidade do poder, do saber e do ser e, mais especificamente, da trinca capitalista em que está centrada a vida social. Por isso, o desenvolvimento não pode estar restrito aos aspectos econômicos e mercadológicos, há aspectos políticos, culturais e sociais que necessitam ser re-alimentados para sugerir alternativas ao discurso hegemônico do crescimento econômico ilimitado (MARTINS et al, 2014).

## **2. Repensando o ideal democrático**

A perspectiva decolonial aponta para a necessidade de ressignificar o desenvolvimento, principalmente, desconstruindo as estruturas histórico-hierárquicas que favorecem um discurso hegemônico do *homo economicus*. Para isso, repensar o ideal



democrático, a partir de experiências do Sul Global, possibilita debater alternativas que busquem equacionar o poder político e, talvez, o poder econômico. Como caminho a ser percorrido sugerimos repensar a teoria democrática e os seus mecanismos de transformação.

Tomando Bobbio (1986), podemos definir o ideal democrático dominante a partir de três características. A primeira centra-se nos preceitos liberais que se propõe a definir a sociedade como uma união artificial de indivíduos livres, sendo esta associação exercida através da democracia que possibilita ao indivíduo o exercício da melhor escolha, nesse caso através do voto. Aqui surge a segunda característica definida como um “(...) conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos.”. Isto permite definir a terceira característica baseada na representatividade, ou seja, um grupo de pessoas com a finalidade de tomar decisões coletivas eleitas por aquela associação de indivíduos livres que exerceram sua escolha através do voto. Temos assim, os ideais de uma democracia liberal, procedimental e representativa que se revela no modelo democrático de direito; este estabelecido e hegemônico na configuração geopolítica recente.

Entretanto, são crescentes os problemas enfrentados por esta concepção de modelo político, como é evidenciado pelo autor Luis Felipe Miguel (2014, p. 15/17), em relação às figuras do representante e do representado, são eles: i) os governantes são aqueles que exercem de fato as tomadas de decisão, aos governados “resta” definir aqueles que serão governantes; ii) o distanciamento, cada vez maior entre uma elite política e a heterogênea massa populacional; iii) a manutenção e a reprodução das estruturas histórico-hierárquicas no seio dessa elite política; iv) as distinções de interesses entre governantes e governados, seja pela produção de novos interesses ou por características sociais distintas; e por fim, v) a distância entre os compromissos firmados durante a campanha e aqueles que são tomados no momento do exercício do poder, visto, principalmente, as mudanças de conjuntura.

Na tentativa de superar tais problemas do ideal democrático liberal podemos apontar para dois modelos críticos: i) a democracia deliberativa; e ii) a democracia participativa (MONTEIRO; MOURA; LACERDA, 2015). Sobre o primeiro, podemos destacar a importância da esfera pública, como arena de discussão e de colocação de argumentos contrários, e da sociedade civil, expressa pelos heterogêneos grupos sociais com múltiplas demandas que através da comunicação e do debate se define as decisões; um exemplo são os fóruns de discussão. Enquanto ao segundo, a exclusão da figura representativa, permitindo ao

cidadão uma atuação mais direta e local (seja na comunidade ou no trabalho), além da exigência da transparência dos partidos políticos, como exemplo tem-se as assembleias de bairro. As principais dificuldades residem no excessivo caráter consensual e a desconsideração do conflito e da desigualdade de poder, além da inviabilidade da participação de todos os indivíduos, principalmente quando se trata de um país.

No entanto, apenas a identificação das limitações dos modelos democráticos e/ou apresentação de outros modelos alternativos não é suficiente, visto que cada contexto local possui singularidades que exigem adaptações e formulações distintas de um modelo hegemônico. Por isso dirigimos nossa crítica ao ideal democrático de direito e liberal, para além desta concepção procedimental e representativa, investindo na ampliação da cultura política e novas formas de participação popular. Entendemos, então, que as críticas mais pertinentes estão no pensamento pós-estruturalista de Rancière (2014) e de Moufe e Laclau (2015), ao identificar que o ideal democrático não deve ser visto como um modelo de regime político consolidado no imperativo da lei, mas como um princípio social baseado na vontade popular (MENDONÇA; VIEIRA Jr., 2014).

Em poucas palavras, Laclau e Moufe entendem a democracia a partir da junção entre o particular e o universal, isto é, as subjetividades populares necessitam se articular entre si para formar uma vontade popular gerando a lógica populista. O populismo, aqui, trata de deslocar a estrutura política hegemônica que não é mais capaz de representar a vontade popular, sendo este o real sentido do ideal democrático. De forma distinta, Rancière compreende que o ideal democrático se estabelece a partir das manifestações do povo através do dissenso, ou seja, a discordância com os rumos tomados pelos regimes políticos baseados no consenso, no conformismo e na conservação. A democracia, assim, não se refere a formas de governo, mas promove meios de resistência e críticas aos sistemas políticos existentes, buscando ressignificar o comum ao incluir as diferenças ignoradas a partir da igualdade entre os sujeitos.

Tais reflexões permitem apontar ações necessárias para ampliação da cultura política, como é o caso da questão do reconhecimento das diferenças e a inabilidade do Estado democrático em incluir o pluralismo no alargamento da concepção de cidadania. Há também, a manutenção do elitismo econômico traduzido no elitismo político, ou seja, a maior presença dos setores das elites capitalistas e pouca representatividade das classes médias e populares – aqui fazemos referência, principalmente, aos exorbitantes gastos nas campanhas eleitorais e

ao financiamento privado. Enfim, não é possível pensar em Estado democrático de direito, enquanto não houver a democratização da sociedade.

### **3. As particularidades de cada contexto: os casos de Brasil, Bolívia e Uruguai**

A desconstrução e a ampliação destas duas grandes ideias, desenvolvimento e democracia, permite buscar outras experiências além daquelas estabelecidas pelo pensamento moderno ocidental. Ou seja, sairmos do universal e homogêneo, adentrando contextos diversos e particulares que inspiram outras concepções e propostas. Os três casos escolhidos para a análise de conjuntura – Brasil, Bolívia e Uruguai – retratam tal objetivo; diferentes realidades que trazem outros elementos para estender a discussão.

#### **3.1. O (novo) desenvolvimentismo brasileiro**

Em referência ao Brasil, a partir das eleições de 2002, adotaram-se novas e velhas estratégias de desenvolvimento sendo denominadas de (novo) desenvolvimentismo brasileiro (NDB). O NDB se caracterizou por ser um conjunto de políticas híbridas, inspiradas tanto em ideias neoliberais como desenvolvimentistas, cuja prática tem por base o projeto nacional petista sob a liderança do lulismo. O NDB, assim, apresentou-se como um discurso “alternativo” ao padrão de desenvolvimento recente, porém a evolução dos governos petista<sup>9</sup> e as medidas implementadas demonstraram a manutenção da centralidade das práticas economicistas e a menor preocupação com a desigualdade estrutural e a qualificação do bem-estar. Isso é verificável nas estratégias e nas políticas adotadas para o êxito dos três eixos centrais do programa de governo do PT: consolidação da democracia; crescimento econômico; e a redução da desigualdade social (OLIVA, 2010).

Como primeira estratégia, Lula e o PT, procuraram formar um “novo” pacto de poder em que, de um lado, mantinham os aliados tradicionais vinculados ao partido, como sindicatos urbanos, a burocracia pública, movimentos e associações sociais. Por outro lado, cediam as pressões de setores da elite brasileira e mundial, como banqueiros, agroexportadores e empresários, adotando uma agenda de políticas conservadoras dando

---

<sup>9</sup> Lula (2003-2006; 2007-2010) e Dilma (2011-2014; 2015-).

primazia ao crescimento econômico e ao livre-mercado. O discurso mais a esquerda, vinculado à melhoria da educação e saúde pública e outras demandas sociais, seria adequado à lógica dos grupos regentes do grande capital, ou seja, baseado no crescimento econômico e na cultura do consumo (SINGER, 2009; SADER, 2009). Isto impulsionou uma segunda estratégia voltada para a prática economicista que consistiu, primeiramente, na manutenção de políticas macroeconômicas neoliberais e, posteriormente, em medidas desenvolvimentistas mais pragmáticas (BARBOSA, 2010), como é o caso do PAC. Dentro desse pragmatismo temos a terceira estratégia que envolve as políticas distributivas fundadas em um tripé: a manutenção do salário mínimo real acima da inflação; expansão ao crédito; e o programa Bolsa Família. Estes possibilitaram o acesso ao consumo tardio, principalmente no quesito de bens duráveis, e a inclusão de famílias em um novo patamar de rendas fortalecendo o mercado interno do consumo de massas. Contudo, as condições de desigualdade estrutural se mantêm e o acesso e melhoria na qualidade de vida permanecem restritos a uma minoria da população (POCHMANN, 2014).

O NDB, pautado em estratégias híbridas, apenas reafirmou a hegemonia do padrão economicista de desenvolvimento, primando a retomada do crescimento econômico e o aumento da renda familiar. O “novo” revelou-se velho mantendo a relação de dominação do poder econômico das elites brasileiras sobre o poder político nacional. A consolidação democrática, portanto, dá-se com a permanência de uma democracia representativa elitista (SANTOS; AVRITZER, 2005), configurada pelas articulações políticas, nesse caso o ‘novo’ pacto de poder, como forma de assegurar a governabilidade. Isto vem a evidenciar o chamado presidencialismo de coalizão (DOMINGUES, 2007) que caracteriza a ‘necessidade’ de fazer alianças e formar uma bancada hegemônica dentro do poder legislativo de forma a permitir a governança.

Como cenário de agravamento da falta de representatividade política, culminou-se em Junho de 2013 múltiplas manifestações e mobilizações que exigiam, entre outras, melhorias nos serviços públicos, responsabilidade com os gastos públicos e combate a corrupção. Apesar das muitas promessas, o sistema político brasileiro e aqueles que o compõe mantiveram e mantêm as benesses dadas por um cargo político, permitem adentrar os interesses privados aos públicos e o elitismo se renova com a presença de herdeiros

políticos<sup>10</sup>. Se por um lado, houve nos dezesseis anos de PT importantes conquistas sociais, por outro, o conservadorismo político permanece.

### 3.2. O Estado Plurinacional de Bolívia

Em relação à Bolívia, durante os governos neoliberais entre 1985 a 2005, as políticas econômicas implementadas promoveram o aumento da concentração de renda e do poder, além do agravamento da desigualdade social<sup>11</sup> e da extrema pobreza. Esse quadro social instável possibilitou o fortalecimento de sindicatos urbanos, de camponeses e de indígenas que organizaram protestos e mobilizações sociais bastante intensos, com destaque para as bandeiras contra a privatização da água e da busca pela nacionalização do gás natural (BURGUETE, 2007). O fortalecimento das massas populares e dos movimentos sociais indígena-camponeses vai resultar na eleição presidencial do líder do partido Movimento ao Socialismo (MAS), o Aimará<sup>12</sup> Evo Morales (2006-). Entre as suas propostas centrais destacaram-se: a convocação de uma Assembleia Constituinte, a nacionalização dos hidrocarbonetos, a reforma agrária e o reconhecimento e a industrialização do plantio de coca (AYERBE, 2008).

Dentre tais propostas, a Assembleia Constituinte (SCHAVELZON, 2010) tinha como intuito a formulação de uma nova Carta Constitucional. Por apresentar diversas dificuldades para a promulgação desta Constituição, em decorrência de que os setores da elite oligárquica não concordavam com diversos aspectos, a assembleia foi adiada. Apenas ao longo de 2008, em um cenário de fortes tensões e conflitos, chegou-se a aprovação de um referendo realizado no início de 2009 que incluía, entre tantos aspectos, o reconhecimento de um Estado “Plurinacional comunitário, multiétnico, multicultural e multilinguístico” (FARAH; GIL, 2013). Todavia, para se alcançar um consenso e permitir a aprovação de uma nova Carta foi necessário ceder às exigências das elites locais, alinhadas com os interesses do grande capital. Funda-se um “pacto social” entre uma nova burocracia pública, sindicatos urbanos, a

---

<sup>10</sup> Cunho este termo para referir-me àqueles que são filhos e/ou netos de caciques políticos e mantem a tradição familiar ao adentrarem na política.

<sup>11</sup> “Conforme mostra a Cepal, a tendência do coeficiente de Gini apresenta uma evolução negativa, de 0.538 em 1989, para 0.586 em 1999 e 0.614 em 2002.” (CEPAL, 2010 *apud* AYERBE, 2011, p. 196)

<sup>12</sup> Na Bolívia as identidades indígenas principais são: Aimará e Quechua.

oligarquia nacional e o capital estrangeiro que minimizam a radicalidade das propostas apresentadas na Assembleia (AYERBE, 2011).

Segundo o vice-presidente boliviano Alvaro Garcia Linera (2006), a Bolívia se caracteriza por um novo tipo de capitalismo, nomeado de andino-amazônico. Aqui, as relações com países que tem em sua base social identidades indígenas se fortalecem; outras economias, como a solidária e a comunitária, passam a ser mais valorizadas; o Estado atuante e regulador da economia. Contudo, os privilégios de uma oligarquia rural são mantidos; a nacionalização da exploração dos bens naturais se restringe a renegociação dos contratos com grandes grupos estrangeiros, como é o caso do gás natural e a Petrobrás; além de algumas demarcações e reservas indígenas serem alvos de disputa para a construção de estradas (AYERBE, 2011). Em geral, os interesses heterogêneos de uma diversa sociedade civil são contrapostos pela hegemonia do desenvolvimento economicista transnacional, e o Estado atuando para atender as contraditórias agendas. Então, o Estado boliviano consegue promover um ‘outro’ desenvolvimento?

Outra ação importante é a refundação do Estado, principalmente pelo reconhecimento das identidades indígenas e da inclusão social destes. De acordo com Linera, este processo resultou em uma democracia comunitária que se caracterizaria pela: atuação direta dos movimentos sociais dentro do regime político; baseada nas identidades culturais indígenas, de forma ampla e flexível; ampliação das representações, através de uma revolução política e descolonizadora, modificando as estruturas de poder, apesar da concentração de renda e riqueza permanecer nos setores da oligarquia rural.

### **3.3.Uruguai**

Outra experiência distinta é o Uruguai que possui desde o início do século XX um amplo sistema de assistência social universal, decorrido da presença de uma forte socialdemocracia. Entretanto, o período de re-democratização, ocorrido durante os anos de 1980, representou o início de reformas neoliberais que ao darem prioridade às políticas econômicas ortodoxas diminuíram a qualidade dos serviços públicos (FUENTES et al, 2013). Em decorrência, principalmente, da descrença popular em relação à classe política hegemônica, o ciclo eleitoral de 2004/2005 tem-se o rompimento definitivo do bipartidarismo

nacional (CAETANO; ARMAS, 2010) para um pluralismo moderado. Ou seja, até esse momento os Partidos, Nacional e Colorado, revezavam-se na presidência mantendo uma política alinhada aos interesses das elites locais e globais. A vitória eleitoral de Tabaré Vaquez e a ascensão da Frente Ampla (FA), representativa de várias frações de segmentos da esquerda<sup>13</sup>, retomaram o investimento nas áreas sociais e impulsionou a retomada da diminuição da desigualdade social<sup>14</sup>, ante o cenário latino-americano (FUENTES et al, 2013; CAETANO; ARMAS, 2010). Paralelamente, o discurso progressista visou equilibrar as frações de poder dentro desta coalizão partidária, portanto medidas econômicas liberais, como a reforma tributária e a reestruturação da dívida foram adotadas, em contrapartida a aqueles que são favoráveis a maior presença do Estado.

A aprovação do governo vem com a manutenção da FA no poder sendo eleito no ciclo eleitoral 2009/2010, Jose Mujica para o executivo nacional, que aprofundou os investimentos nas áreas do social e avançou em debates importantes. Contudo, O Uruguai recente encontra-se em situação de questionamentos dos rumos que a FA vem tomando, mesmo tendo eleito recentemente Tabaré Vaquez – no ciclo eleitoral 2015/2016. O descontentamento de alguns setores médios e das classes empresariais quanto a maior presença do Estado na economia, tendo sido uma das principais bandeiras utilizadas pelos partidos de oposição. Mesmo sendo “el gobierno del FA (...) representativo de la sociedad uruguaya, una sociedad en la que predomina la moderación y un cierto conservadurismo. (RIZ, 2008, p. 227)”.

## Conclusão

Ao estabelecer a necessidade de ressignificação de desenvolvimento e de democracia, tornamos evidente o mutualismo entre o capitalismo-especulativo e o modelo democrático representativo liberal como ideais enraizados pelo consenso dominante. Como estratégia de enfrentamento a hegemonia economicista, sugerimos o questionamento do ideal democrático vigente e da concentração do poder político pelo grande capital. Buscamos, portanto, articular

---

<sup>13</sup> Sejam sindicatos, movimentos sociais, associações liberais.

<sup>14</sup> Así, la distribución del ingreso medida por el índice de Gini para todo el país urbano pasó de 0.433 en 2003, 0.427 en el 2005, 0.448 en el 2007, 0.430 en el 2009 y de 0,378 en el 2012 (Presidencia de la República 2013 *apud* FUENTES ET AL, 2013).

a perspectiva crítica decolonial do desenvolvimento e as experiências democráticas particulares da América do Sul, repensados a partir da reconstrução do ideal democrático.

Evidenciamos, assim, que os países da América do Sul, em especial Brasil, Bolívia e Uruguai, mesclaram antigas reivindicações políticas – principalmente o retorno a maior participação do Estado – a velhas práticas de poder – alinhamento com as elites tradicionais e uma economia de mercado simpática ao padrão hegemônico de desenvolvimento. Desse conjunto resultou-se esse discurso progressista, com diversificações em cada contexto, porém com um alinhamento político ao centro, ou seja, um equilíbrio entre o conservadorismo e a radicalidade. Tal generalização, não possui a incumbência de determinar um único padrão de desenvolvimento e/ou de política da região, mas situar os primeiros passos em direção a uma agenda de pesquisa mais profunda e profícua.

Ao destacar, no início do texto, o esgotamento do discurso progressista na região da América do Sul, propusemos, então, contribuir com elementos que ampliem o debate em busca de uma concepção de esquerda, para além das ideias socialistas. E como uma das alternativas, investir na politização das massas populares, ou seja, contribuir para o alargamento da cultura política e da participação efetiva que traduza novas formas de solidariedade, pertencimento e identidade, configuradores do caráter coletivo. Para tal, apontamos para o debate de uma reforma política ampliada, baseada nas especificidades locais.

Nesse sentido, o que seria uma reforma política ampliada? Com os crescentes questionamentos em relação à eficácia dos modelos democráticos liberais tem se revelado a necessidade de promoção de reformas políticas que permitam a atualização da democracia, tornando-a capacitada em responder a complexificação da relação entre Estado, mercado e sociedade civil. Todavia, tais soluções permanecem sem oferecer rompimentos com o domínio do padrão de desenvolvimento financeiro-especulativo sobre as tomadas de decisão. Por isso, buscamos uma reforma política ampliada que se proponha a debater sobre alternativas capazes da promoção do ideal democrático e equalização do poder político, apontando padrões de desenvolvimento centrados na justiça e na igualdade social.

A reforma política, por muitas vezes, tem significado um conjunto de correções com o intuito de fazer adequações no modelo político existente para responder a algumas demandas populares. Entretanto, tais modificações são definidas por um poder legislativo que não representa o pluralismo presente na sociedade civil atual. As formas de resistência popular;



sejam manifestações, mobilizações ou protestos, permitem que haja processos de deslocamento (MOUFE; LACLAU, 2015) ou de dissenso (RANCIÈRE, 2014) contra a ordem política dominante, estimulando projetos alternativos e contra-hegemônicos. Por isso, o estímulo ao debate de uma reforma política ampliada que aponte medidas alternativas, e correspondentes ao contexto particular de cada local, de forma a promover um processo constituinte condizente à vontade popular.

## Referências

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. IN: SADER, E.; GENTILI, P. A. A. (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007. (pp. 09/23)
- AYERBE, Luis Fernando. Crise de hegemonia e emergência de novos atores na Bolívia: o governo de Evo Morales. **Lua Nova**, São Paulo, 83, 2011;
- \_\_\_\_\_. Novos atores políticos e alternativas de governo: os casos de Argentina, Bolívia, Brasil e Venezuela. IN: AYERBE, L. F. (org). **Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul**. São Paulo: UNESP, 2008;
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013;
- BARBOSA, Nelson e SOUZA, J. A. P. A Inflexão do Governo Lula: Política Econômica, Crescimento e distribuição de renda. IN: E. Sader e M. A. Garcia (orgs.). **Brasil: entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Editora Boitempo, 2010;
- BATISTA, Paulo Nogueira. O consenso de Washington e a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. IN: LIMA SOBRINHO, B. et all. **Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público**. São Paulo, Paz e Terra, 1994.
- BIELSCHOWSKY Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5. Ed. Rio de Janeiro Contraponto, 2004.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986;

BURGUETE, Araceli. De la resistencia al poder articulación y repertorios indígenas en la lucha por el poder político: el ensayo boliviano. **Revista Argumentos** México, vol.20, no.55, sep./dic. 2007.

CAETANO, Gerardo; y DE ARMAS, Gustavo. Política, economía, sociedad y ciudadanía en el Uruguay de comienzos del siglo XXI. IN: CHERESKY, I. (comp.). **¿Qué democracia en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO. Prometeo. Noviembre de 2012

CAILLÉ, Alain. **A demissão dos intelectuais – a crise das ciências sociais e o esquecimento do fator político.** Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina:** ensaio de interpretação sociológica. 8. ed. -. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2004.

CASANOVA, Pablo González. **De la sociología del poder a la sociología de la explotación: pensar América Latina en el siglo XXI.** Bogotá: Siglo del Hombre Editores y CLACSO, 2009

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; e GROSGOUEL, Ramon. "Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico", IN: CASTRO-GÓMEZ, S. & GROSGOUEL, R. (coords.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global.** Bogotá: Siglo del Hombre, 2005.

CATTANI, Antonio David. A vida precária: bases para a nova submissão. IN: CATTANI, Antonio D.; DÍAZ,, Laura M. (orgs.). **Desigualdades na América latina: novas perspectivas analíticas.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. (pp. 51/71)

\_\_\_\_\_. Desigualdades: Construindo novas perspectivas analíticas. IN: CATTANI, A. D. (org.). **Riqueza e desigualdade na América Latina.** Porto Alegre, RS: Zouck, 2010.

ECHANDÍA, Claudia Piedrahita; GÓMEZ, Álvaro Díaz; e VOMMARO, Pablo (compiladores). **Acercamientos metodológicos a la subjetivación política: debates latinoamericanos.**-- 1a ed. -- Bogotá: Universidad Distrital Francisco José de Caldas: Clacso, 2013.

DOMINGUES, Jose Mauricio. O primeiro governo Lula: um balanço crítico. In: DOMINGUES, José Mauricio. **Aproximações à América Latina: desafios contemporâneos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FALETTO, Enzo. Cap.1: La CEPAL y la sociología del desarrollo. **Dimensiones sociales, políticas y culturales del desarrollo**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores y Clacso. 2009 (pp. 79/110)

FARAH, Ivone; GIL, Mauricio. Modernidades alternativas; uma discussão desde a Bolívia. IN: MARTINS, P. H.; RODRIGUES, C. (orgs). **Fronteiras abertas da América Latina: Diálogo na ALAS - Associação Latino-Americana de Sociologia**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

FUENTES, Guillermo; ANTÍA, Florencia; CASTILLO, Marcelo; y MIDAGLIA, Carmen. La renovación del sistema de protección uruguayo: el desafío de superar la dualización. IN: **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, Vol. 22 N°2, ICP, Montevideo, Jul-Dic/2013

FIORI, José Luís. Introdução: De volta à questão da riqueza de algumas nações. IN: FIORI, J. L. (org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

FRANK, Andre Gunder. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento repensando a teoria da dependência**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

FURTADO, Celso. **A economia latino-americana: (formação histórica e problema)**. 4. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

GOMEZ, Rodolfo. Las teorías del Estado en el capitalismo latinoamericano. In: **Crítica y emancipación**. Revista latinoamericana de ciencias sociales. Año IV, n.7, primero semestre de 2012.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos póscoloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. IN: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

HARVEY, David. A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX. IN: **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 21ª ed. São Paulo: Loyola, 2011.

LINERA, Alvaro Garcia. “Democracia liberal vs. democracia comunitaria”. In: MIGNOLO, W. (org.). 2006. **Interculturalidad, descolonización del estado y del conocimiento**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2006.

LACLAU, Ernesto; e MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista. Por uma política democrática radical**. São Paulo: Intermeios, 2015.

MADOERY, Oscar. El desarrollo como categoría política. In: **Crítica y emancipación. Revista latinoamericana de ciencias sociales**. Año IV, n.7, primeiro semestre de 2012. (pp. 59/84)

MARINI, Ruy Mauro. (Compilador: MARTINS, Carlos Eduardo) **América Latina, dependencia y globalización**. Bogotá CLACSO y Siglo del Hombre Editores, 2008

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARTINS, Paulo Henrique. **La decolonialidad de América Latina y la heterotopía de una comunidad de destino solidária**. 1ªed. Buenos Aires: Fundación CICCUS; Estudios Sociológicos Editora, 2012.

\_\_\_\_\_. La Liberación de América Latina como Sistema-Mundo: Impactos sobre el entendimiento del desarrollo. In: Farah, I. e Tejerina (Orgs.). **Vivir bien: Infancia, genero y economia. Entre la teoría y la práctica**. La Paz: CIDES/UNICEF, 2013. (pp.6788)

\_\_\_\_\_. LIRA, Bruno Freire; LEÃO, Éder Lira de S.; e SANTOS, Leandro. Modelos Alternativos de desenvolvimento. IN: MARTINS, P. H.; SILVA, M. A.; LIRA, B. F.; LEÃO, E. L. S. (orgs.). **Guia Sobre Pós-Desenvolvimento e Novos Horizontes Utópicos**. Estudios Sociológicos Editora. Buenos Aires, Argentina, 2014.

MENDONÇA, Daniel de; e VIEIRA Jr., Roberto. **Rancière e Laclau: democracia além do consenso e da ordem**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº13. Brasília, janeiro - abril de 2014.

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia e representação: territórios em disputa**. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

MIGNOLO, Walter. **La idea de América Latina. La herida colonial y la opción decolonial**. Barcelona: Gedisa, 2007.

MONTEIRO, Lorena Madruga; MOURA, Joana Tereza Vaz de; LACERDA, Alan Daniel Freire. Teorias da democracia e a práxis política e social brasileira: limites e possibilidades. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 17, nº 38, jan/abr 2015

PREBISCH, Raul. **El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas**. CEPAL. 1949. Disponível em:

[http://prebisch.cepal.org/sites/default/files/2013/prebisch\\_el\\_desarrollo\\_eco.pdf](http://prebisch.cepal.org/sites/default/files/2013/prebisch_el_desarrollo_eco.pdf)

POCHMANN, Marcio. **O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social**. São Paulo: Boitempo, 2014.

OLIVA, Aloizio Mercadante. **As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil: análise do governo Lula (2003-2010)**. (Tese de doutorando). Campinas, SP: UNICAMP, 2010.

QUIJANO, Aníbal. El fantasma del desarrollo en América Latina In: **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, vol 6, n. 2, 2000

\_\_\_\_\_. Colonialidade do Poder e classificação social. In: SANTOS, B. S. de (org.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

RIZ, Liliana de. Uruguay: La política del compromiso. In: **Cultura política y alternancia en America Latina**. Fundacion Pablo Iglesias, 2008.

ROCHA, Maria Eduarda da Mota. **A Nova Retórica do Capital: A Publicidade Brasileira em Tempos Neoliberais**. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 2010.

RODRÍGUEZ, Octavio. **O estruturalismo latino-americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não-comunista**. 4.ed. -. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1971.

SADER, Emir. **A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana**. São Paulo: Boitempo, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_; AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. IN: SANTOS, B. S. (org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. RJ: Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_. (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. (org.). **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Theotonio. **A teoria da dependência: balanço e perspectiva**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

SCHAVELZON, Salvador Andrés. **A Assembleia Constituinte na Bolívia: Etnografia do Nascimento de um Estado Plurinacional**. (Tese de doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS, 2010.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo – Reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Cia. das letras, 2009.

STIGLITZ, Joseph E. **A globalização e seus malefícios: a promessa não-cumprida de benefícios globais**. São Paulo: Editora Futura, 2002.

TÁPIA, Luis. O tempo histórico del desarrollo. IN: WANDERLEY, F. (Org.) **El desarrollo en cuestión. Reflexiones desde América Latina**. La Paz: CIDES/OXFAM. 2011.